

REVISTA

M

Numismática e Medalhística

1.ª Série · Número 1 · 2018



MUSEU  
CASA DA  
MOEDA

CASA DA MOEDA

# FICHA TÉCNICA

## **Revista M**

ISSN 2184-2876

1.ª Série · Número 1 · 2018

## **Âmbito e objetivos**

A *Revista M* é a revista digital do Museu Casa da Moeda. Publicam-se textos que representam contributos relevantes para os estudos de Numismática, Medalhística e outras ciências afins. Admitem-se textos para publicação nas línguas portuguesa e inglesa e acolhem-se propostas para números monográficos dedicados a temáticas específicas.

## **Editor**

Mário de Gouveia (INCM/MCM)

## **Conselho Editorial**

Alberto Canto García (UAM, Madrid)

Maria João Gaiato (INCM, Lisboa)

Maria Rosa Figueiredo (FCG, Lisboa)

Mário Barroca (FLUP, Porto)

Nuno Valério (ISEG, Lisboa)

Rita Martins de Sousa (ISEG, Lisboa)

Rui Centeno (FLUP, Porto)

Ruth Pliego Vázquez (IEA, Paris)

## **Coordenador do Número**

Mário de Gouveia (INCM/MCM)

## **Propriedade**

Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Museu Casa da Moeda

Avenida António José de Almeida

Edifício Casa da Moeda

1000-042 Lisboa (Portugal)

[museucasadamoda@incm.pt](mailto:museucasadamoda@incm.pt)

[www.museucasadamoda.pt](http://www.museucasadamoda.pt)

## **Design**

Vivóeusébio

## **Paginação**

Marta Braz (INCM/MCM)

Copyright © 2018 Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Museu Casa da Moeda.

# ÍNDICE

EDITORIAL  
02

NOTA DE  
APRESENTAÇÃO  
04

CONVITE À  
APRESENTAÇÃO  
DE ARTIGOS  
77

..... ARTIGOS .....

**Comprar terras,  
avaliar coisas:  
moedas islâmicas em  
mosteiros moçárabes  
da região de Coimbra  
(séculos X-XI)**

MÁRIO DE GOUVEIA

06

**O chamado *dinheiro  
de duplo báculo*  
de Dom Afonso  
Henriques: uma  
referenciação ibérica  
do imaginário  
heráldico dos duques  
de Borgonha**

MÁRIO BRUNO PASTOR

21

**Moedas do reino  
de Castela e Leão  
provenientes do  
Castelo dos Mouros  
(Sintra):  
escavações  
arqueológicas de  
2009-2012**

MÁRIO DE GOUVEIA,  
MARIA JOÃO DE SOUSA

45

**Leonardo da Vinci  
(1452-1519): o génio  
e a moeda**

JAIME M. M. FERREIRA

54

**Dinheiro na Segunda  
Guerra Mundial:  
obrigações de guerra  
e cédulas militares**

ALEXANDRE JOSÉ  
MATOS DA COSTA

68

MÁRIO BRUNO PASTOR

CITAR – Centro de Investigação em Ciência e Tecnologias das Artes

Universidade Católica Portuguesa – Escola das Artes

FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia

mbrunopastor@gmail.com

# O chamado *dinheiro* *de duplo báculo* de Dom Afonso Henriques: uma referenciação ibérica do imaginário heráldico dos duques de Borgonha

REVISTA M · Nº 1 · 2018 · 21 - 44

## RESUMO

A partir de 1128, o jovem infante portugalense, Afonso Henriques, iniciou a condução de um processo de afirmação política e militar que visava a elevação do seu condado à categoria de reino e, conseqüentemente, à sua independência face à tutela do Reino de Leão. Apesar de longo, o processo acabaria por se concretizar com o reconhecimento definitivo do Reino de Portugal por parte do papa Alexandre III, em 1179. Durante o meio século que durou este percurso, ora diplomático, ora beligerante, Afonso Henriques cunhou as primeiras moedas nacionais portuguesas, afirmando-se como rei de Portugal e, ao mesmo tempo, desenhando os primeiros esboços do universo heráldico dos emblemas nacionais. Todavia, as primeiras cunhagens de Afonso Henriques representam ainda uma variedade de símbolos, tanto pessoais, como institucionais, que têm sido objeto de diferentes interpretações, nem sempre fáceis de descodificar. Propomos neste trabalho fazer uma interpretação iconológica de um dos espécimes mais difundidos do primeiro rei de Portugal: o chamado *dinheiro de duplo báculo*, contextualizando a adoção do emblema ancoriforme patente nestas moedas, com a tradição monetária merovíngia e a sua continuação no ducado de Borgonha, génese dinástica da linhagem paterna de Afonso Henriques.

**PALAVRAS CHAVE:** dinheiro de Afonso Henriques; duplo-báculo; cruz de São Clemente; Santo Elói moedeiro; ducado de Borgonha.

## ABSTRACT

In 1128 the young Portuguese prince, Afonso Henriques, had begun a long process of political and military affirmation, in order to elevate his county to the category of an independent state, separated from the Kingdom of León. This process finally came to an end with the definitive recognition of the Kingdom of Portugal by Pope Alexander III, in 1179. During the half-century that lasted this process (must diplomatic, but also belligerent), Afonso Henriques struck the first Portuguese coins, claiming to be King of Portugal and, at the same time, testing the first sketches of the heraldic universe of Portuguese national coat of arms. However, Afonso Henriques' earliest coinage still represents a variety of symbols, both personal and institutional, that have been the object of many different interpretations, not always easy to decode. We propose, in this paper, a different iconological interpretation of one of the most widespread coins of the first king of Portugal: the so-called *double-crosier dinheiro*, relating the adoption of the anchor-form heraldic emblem in these coins with the Merovingian monetary tradition and its continuation in the duchy of Burgundy, after all, home of the dynastic lineage of Afonso Henriques' own father and all his paternal ancestors.

**KEYWORDS:** Afonso Henriques' dinheiros; early Portuguese coins; double-crosier; Saint Clement Cross; Saint Eligius moneyer; duchy of Burgundy.

## Introdução

Ainda que sendo uma fonte de material iconográfico diversificado e relativamente abundante, a Numismática nem sempre tem merecido uma atenção mais cuidada no que concerne à interpretação iconológica dos temas propagados através da cunhagem<sup>1</sup>. Com efeito, a abordagem numismática tradicional procura, normalmente, realizar apenas uma descrição iconográfica (bem como metrológica) simples do objeto. As considerações contextuais, hermenêuticas e semióticas dos motivos expostos nas faces das moedas não têm sido, *grosso modo*, alvo de uma maior atenção, sobretudo no plano académico português<sup>2</sup>.

Os trabalhos de Numismática portuguesa que foram aparecendo, sobretudo a partir de Teixeira de Aragão, com a publicação da *Descrição histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*, em 1875, ainda que realizados, na maior parte das vezes, com base em metodologias científicas rigorosas, nem sempre se integraram no contexto da investigação académica, sendo, normalmente, obras nem sempre solidamente integradas num conhecimento historiográfico (ou mesmo económico) mais solidificado.

A diversidade de tipos monetários cunhados em Portugal, só durante a Primeira Dinastia, é suficientemente extensa para um estudo individualizado de cada peça. Como tal, o que nos propomos considerar neste pequeno ensaio é apenas o chamado dinheiro (por vezes em tipologia designada de mealha) de *duplo báculo*, atribuído a Dom Afonso Henriques.

## Dinheiros e mealhas

O dinheiro (do lat. *denarius*, fr. *denier*, it. *denaro* e es. *dinero*) é a moeda por excelência de toda a Baixa Idade Média Ocidental. A sua origem é tradicionalmente apontada como estando integrada nas reformas carolíngias de meados do século VIII<sup>3</sup>. Em termos monetários propriamente ditos, a criação do dinheiro baseia-se na introdução de um sistema monometalista assente no numerário de prata. A primeira referência ao dinheiro e à sua cotação é, contudo, ainda mero-víngia. Com efeito, o documento mais antigo que faz referência aos dinheiros e à sua indexação ao soldo<sup>4</sup> (doze dinheiros correspondiam a um soldo) é um diploma de Dagoberto, datado do ano 629<sup>5</sup>. Esta referência ancestral do dinheiro enquanto moeda vem, de certo modo, confirmar a tese que a sua origem está

1. De notar, contudo, que William McAllister Johnson abordou temas de interpretação numismática ainda com o próprio Erwin Panofsky (JOHNSON 1968).
2. Com alguma exceção no campo da numária sobretudo clássica (mais concretamente romana), que, em termos arqueológicos, tem merecido algum destaque interpretativo que ultrapassa a simples recolha de informação cronológica da moeda.
3. LE GOFF 2010: 23.
4. O soldo não era, *per se*, uma moeda efetiva, mas apenas uma moeda de conta, isto é, os soldos medievais não foram cunhados, eram apenas nomeados como unidade de contagem; apenas o dinheiro e a sua fração de metade, o óbolo ou mealha, é que foram moedas com curso real.
5. FURNIAL 1970: 46.

mais relacionada com a depreciação da unidade tradicional germânica da Alta Idade Média, o triente (do lat. *triens*), do que a ideia vulgarizada que o dinheiro pretendeu ser uma recuperação carolíngia do velho denário de prata romano<sup>6</sup>. Na verdade, os últimos trientes germânicos (sobretudo dos merovíngios e dos visigodos) eram já peças com concentrações de ouro muito reduzidas, na ordem das 600 milésimas de prata, para as 300 de ouro e 100 de cobre<sup>7</sup>. Deste modo, não só o aspeto geral dos últimos trientes era já prateado, com um módulo médio em torno dos 12 a 15 mm, bem como já apontavam, em termos de representação iconográfica, com um tema estilizado, normalmente associado ao emissor (podendo ser um retrato) no anverso, e uma cruz no reverso, aproximando-se, portanto, do que viriam a ser os dinheiros do sistema monometalista da Baixa Idade Média.

Estes primeiros dinheiros merovíngios, bem como os últimos trientes da mesma dinastia, estão intimamente ligados a Santo Elói, oficial monetário de Dagoberto (629-639) e Clóvis II (639-657), em Paris (Lafaurie, 1977: 116-117).



**Figura 1** – Dinheiro em prata merovíngio, anepígrafo; segunda metade do século VII, 10 mm. No anverso, estilização de templo, com cruz no topo; no reverso, duas figuras recurvas, em forma de W, encimadas por cruz.



**Figura 2** – Triente em ouro de baixa lei, batido em nome de Clóvis II (639-657); 12 mm. No anverso, efígie, à direita, de Clóvis II, com legenda PARIS; no reverso, cruz de âncora, com legenda [CH]LODOV[IVS REX] e, ao centro, legenda retrógrada ELICI.

Após a época merovíngia, a fixação do dinheiro como moeda efetiva e o abandono oficial das cunhagens em ouro acompanharam a emergência de um sistema monetário novo, exclusivamente monometalista<sup>8</sup>. As reformas carolíngias do numerário estão intimamente ligadas

6. Em termos etimológicos, naturalmente que o dinheiro nos remete para a nomenclatura latina do *denarius* do Império Romano. Com certeza que essa memória terá estado na base da determinação do nome da moeda, mas a realidade é que o denário romano já não era cunhado desde meados do século III e as últimas referências latinas a essa moeda, já enquanto moeda de conta apenas, são das reformas de Diocleciano, do célebre Édito dos Preços Máximos (*Edictum de Pretiis Rerum Venalium*), do ano 301.
7. MARQUES, CABRAL & MARINHO 1995: 170.
8. Ainda que teoricamente o sistema carolíngio tivesse por base apenas a prata, não o devemos entender como sendo absoluto. A prata das cunhagens era sempre ligada ao cobre (por questões técnicas, de fortalecimento do metal precioso, mas também, e sobretudo, por questões económicas, pois, quanto menos pura fosse a moeda, mais barata saía ao erário); a prata ligada em proporção inferior a metade (500 milésimas) é designada por bolhão. Com o decorrer dos séculos, os dinheiros foram perdendo prata. Para contornar essa depreciação e incutir confiança pública nas moedas, os governantes recorriam ao branqueamento da moeda, que consistia num processo de cozedura das moedas numa solução à base de mercúrio, de modo a

às reformas ponderais. A confirmação da indexação do dinheiro ao soldo (*in est duodecim denariū*) verifica-se ainda em 743, numa capitular, de Estinnes, do tempo de Carlomano, duque dos francos, filho de Carlos Martel. Cerca de cinquenta e cinco anos depois, Carlos Magno, em 797, confirma o novo sistema monetário: *in argento duodecim denarios solidum faciant*<sup>9</sup>.

Os dinheiros carolíngios estão na base de todos os dinheiros cunhados na Europa Ocidental até aos inícios do século XVI<sup>10</sup>. No caso dos reinos cristãos ibéricos, o sistema monometalista carolíngio foi pontualmente acompanhado por um sistema paralelo de emissões em ouro de influência árabe, os morabitanos (em Portugal) ou maravedís (em Leão e Castela); contudo, a relação cambial entre dinheiros e morabitanos estava sujeita a variações constantes, semelhantes às taxas de câmbio (salvo o anacronismo) entre as divisas, nos mercados contemporâneos.

A tipologia dos dinheiros é baseada em dois vetores constantes: uma cruz numa das faces (normalmente no reverso) e o tema principal identificativo do poder emissor (régio, eclesiástico ou feudal<sup>11</sup>). Temos, portanto, uma face que poderíamos designar como sendo *communis*, com a cruz, e outra face que seria a distintiva. Nesta face distintiva, os temas

carolíngios surgem agrupados em três grandes categorias<sup>12</sup>:

- a) Anagramáticos (recurso a anagramas ou simplesmente iniciais);
- b) Epigráficos (séries textuais em linhas horizontais);
- c) Arquitetónicos (representação de edifícios, normalmente religiosos).

Os dinheiros posteriores, sejam dos Capetos franceses, ou mesmo os dinheiros da Península Ibérica, a partir dos finais do século X, preservam sempre a cruz no reverso, mas introduzem novas temáticas, com especial destaque para a criação românica, na face do emissor:

- a) Efigies (podem ser vistas de perfil ou frontais);
- b) Zoomórficos (incluem-se animais existentes e fantasiosos);
- c) Vegetais (motivos florais decorativos);
- d) Geométricos (normalmente abstrações simétricas de sabor românico);
- e) Heráldicos (armas nacionais, escudos, símbolos religiosos).

Os módulos dos dinheiros variam bastante através dos tempos, bem como o seu peso.

Em termos médios, encontram-se entre os 17 e os 21 mm, com pesos mé-

---

realçar-lhes o tom prateado à superfície.

9. FURNIAL 1970: 57.

10. No condado do Bearn, os dinheiros, cunhados apenas em cobre, por Catarina de Navarra, foram batidos até cerca de 1516. Terão sido estes os últimos dinheiros de tradição carolíngia. Em Portugal, os últimos dinheiros foram cunhados durante o reinado de D. Fernando I (1367-1383).

11. No caso português, apenas a Coroa emitiu moeda.

12. HERNÁNDEZ CANUT 2002: 12.

dios entre os 0,8 e 1,5 g. Esta variação diz sobretudo respeito a depreciações conjunturais da moeda e a especificações regionais/nacionais das cunhagens. Contudo, no caso francês e na maior parte dos reinos ibéricos, os módulos mais pequenos e mais leves correspondem a frações de 50 por cento do dinheiro, mais concretamente os óbolos ou mealhas. No caso português, tem-se considerado que as moedas com menos de 16 mm serão mealhas, e não óbolos. Mário Gomes Marques alerta para a dificuldade em distinguir umas peças das outras e salienta que as diferenças mínimas de módulo e de peso podem não indicar frações, mas apenas variações médias aceitáveis em processos de cunhagem rudimentares. Aliás, acrescenta que os dados metrológicos disponíveis não confirmam variações de 50 por cento no talhe do metal, pelo que a designação mealha e dinheiro para moedas do mesmo tipo, apresentando apenas ligeiras variações de módulo (por vezes apenas um ou dois milímetros) não é a mais indicada, considerando que, nesses casos, ou são todas dinheiros ou são todas mealhas<sup>13</sup>. Seguindo esta premissa, trataremos as moedas aqui em análise como sendo exclusivamente dinheiros.

### Dinheiros de Dom Afonso Henriques

Uma das mais antigas afirmações de soberania é, precisamente, a emissão de moeda. No caso português, as primeiras emissões correspondem precisamente ao reinado de Afonso Henriques.

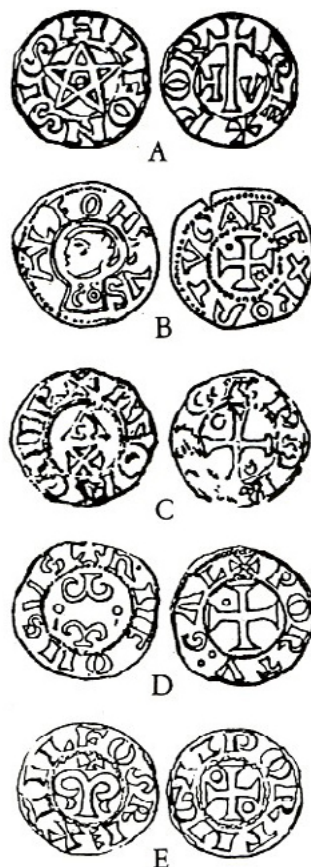


Figura 3 – Tipos monetários de dinheiros cunhados por Dom Afonso Henriques, segundo MARQUES 1996: 55. O tipo monetário que analisaremos é o tipo E.

O tipo monetário A é talvez o que há mais tempo é conhecido entre nós. Teixeira de Aragão publicou-o em 1875<sup>14</sup>, tendo por base o exemplar da coleção de Dom Luís I. Aragão descreve-o como tendo dois triângulos sobrepostos, formando um pentagrama, e legenda circular ALFONSIS, no anverso, e uma cruz latina

13. MARQUES 1996: 71-72.

14. ARAGÃO 1964: 143.

ladeada pelas letras A e Ü e legenda circular REX POR, no reverso. Batalha Reis<sup>15</sup> sugere que o A e o Ü são na verdade um T e um V, continuação de POR(*tv*). Discordamos desta interpretação; a leitura deverá ser feita de forma retrógrada e a 180° (características muito comuns de inversão em negativo, resultantes do processo de abertura de cunhos), devendo o A (alfa) ser lido sem barra horizontal e o Ü (ómega) deitado, em forma de âncora. Em 1996 Alberto Gomes<sup>16</sup> publicou uma variante deste tipo, com uma estrela de David (com seis pontas), no lugar do pentagrama. Na altura era apresentada como exemplar único; atualmente são indicados dois exemplares conhecidos, no catálogo.

O tipo B, também já apresentado por Aragão em 1875, é composto por uma efigie do rei, voltada à esquerda, no anverso, sobre as iniciais CO e legenda circular ALFONSVS. As iniciais CO são por vezes identificadas como o acrónimo de CO(*imbra*), onde a moeda poderá ter sido cunhada. No reverso, uma cruz equilateral com uma estrela no segundo quadrante e uma arruela no último quadrante, e a legenda circular REX PORTVGA. Batalha Reis<sup>17</sup> publicou o exemplar em 1952, mas reconhece muitas reservas quanto à sua autenticidade. Conhecem-se apenas quatro exemplares<sup>18</sup>.

O exemplar C foi publicado pela primeira vez por Batalha Reis, no já citado

artigo de 1952. No anverso apresenta a inicial A sobre uma cruz pátea e a legenda circular +AFONSVS (ou +AFONSVR); no reverso, uma cruz equilateral cantonada por pontos no segundo e último quadrantes, ladeada pela legenda +PORTVGA. A palavra *rex* não aparece explicitamente nas legendas (poderá estar abreviada na leitura *afonsv r*, mas não é conclusiva), o que poderá ser um indicador cronológico a considerar. Conhecem-se apenas dois exemplares.

O tipo D foi apresentado em 1956<sup>19</sup>. Trata-se de um exemplar único. No anverso apresenta uma composição de dois ómegas em forma de âncora sobrepostos, ladeados pela legenda +R. AFONSVS; no reverso, cruz equilateral cantonada por ponto no último quadrante e legenda PORTV:GAL.

A balizagem cronológica das amoedações de Dom Afonso I é uma tarefa difícil que ainda está por fazer. A primeira razão para que tal aconteça é que não se conhece documentação redigida entre 1139 e 1185 com referências à moeda portuguesa, ou a moedeiros portugueses<sup>20</sup>; efetivamente, o longo reinado de Dom Afonso Henriques (contando seja desde Zamora, 1143, Ourique, 1139, ou São Mamede, 1128) é outra das dificuldades que se levantam para estipular períodos de cunhagem por tipologia. A questão do exemplar de tipo C (sem referência explícita ao título de *Rex*) poderia

15. REIS 1952: 46.

16. GOMES 2007: 68.

17. REIS 1952: 47.

18. MARQUES 1996: 57.

19. GUEDES 1956: 57-58.

20. GAMBETTA 1978: 25.

remeter essa cunhagem para um momento anterior a, pelo menos, 1139, mas, ainda assim, é uma possibilidade especulativa, pois a titulação da chancelaria de Afonso Henriques também não é linear<sup>21</sup>, sendo o mais comum a referência ao nome do reino/território (nos selos e nos rodados diplomáticos) do que propriamente ao nome de Afonso<sup>22</sup>. Talvez ciente desta dificuldade, Gambetta<sup>23</sup> sugeriu que as amoedações de Afonso Henriques são todas da mesma oficina (no Mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra) e todas do final do reinado, já durante a pseudo-regência de Dom Sancho I, a partir de 1184; estas considerações têm por base apenas uma conjuntura genealógica elaborada a partir do nome de um magistrado da Casa da Moeda de Coimbra, no reinado de Dom Sancho I, o mais antigo moedeiro identificado em documentação portuguesa, que terá nascido por volta de 1145 e começado a laborar, naturalmente, bastante depois.

### O chamado dinheiro de *duplo báculo*

O exemplar E (figura 3) foi pela primeira vez publicado por Batalha Reis, numa pequena notícia ilustrada de sete parágrafos, no *Diário de Notícias* de 20 de janeiro de 1937. A notícia dá conta de um achado

ocorrido em Coimbra. A moeda tem cerca de 16 mm e é identificada como sendo uma mealha (meio dinheiro).

Batalha Reis faz uma leitura precisa das legendas: anverso – PORTVG(*al*); reverso – ALFO(*nsvs*).



Figura 4 – Gravura original do *Diário de Notícias*, de 20 de janeiro de 1937, segundo REIS 1937.

No que concerne à descrição iconográfica, Reis considera que o tema do anverso é a efígie coroada do próprio rei vista de frente. O autor ressalva a raridade, entre a numeração portuguesa, deste tipo de representação, mas faz também uma contextualização, mais ou menos apropriada, das emissões coevas de Dona Urraca e de Luís VII de França, bem como da velha tradição dos trientes visigóticos. No entanto, confrontando exemplos dos retratos frontais sugeridos (figuras 5 a 7), pessoalmente, descartamos essa interpretação.

21. De referir que, no traslado do foral de Ponte de Lima (ANTT, PT/TT/FC/001/439), copiado em 1377 a partir da confirmação de 1217, que, por sua vez, reproduz a carta original atribuída por Dona Teresa em 1125, Afonso Henriques surge como cooutorgante e é designado, pela mãe, como *filius meus Alfonsus Rex*. Naturalmente, uma transcrição tão tardia, ainda para mais feita a partir de uma segunda leitura do documento, transportará algumas imprecisões e reformulações, mas não deixa de ser pertinente para considerar as diferentes aceções das titulações ibéricas nos séculos XI e XII, nomeadamente o título de *rex* ou *regina* (como no caso de Teresa), por vezes usado como chancela nobiliária de filiação e linhagem, não obrigatoriamente com o sentido mais lato de título de poder.

22. MATTOSO 2007: 79-80.

23. GAMBETTA 1978: 26-27.



Figura 5 – Anverso de triente em ouro de Sisebuto; emissão de Braga, 612-621, 17,7 mm. Efígie frontal de Sisebuto geométrica, com legenda +SISEBVTVSR: (Coleção do Banco de Portugal).



Figura 6 – Dinheiro de Luís VII de França (1137-1180); emissão de Lauduno, 17 mm. No anverso, efígie coroada frontal de Luís VII, com legenda +LVDOVICVS RE; no reverso, efígie mitrada frontal do bispo Gualtar, com legenda GVALTERVS EPC.



Figura 7 – Dinheiro de Dona Urraca; emissão de Toledo, 1109-1126, 18 mm. No anverso, efígie frontal de Dona Urraca, com diadema perolado, com legenda +VRACA RE; no reverso, cruz equilateral, com legenda +TOLETVO.



Figura 8 – Dinheiro de Afonso Henriques; c. 17 mm. No anverso, cruz pátrea sobre composição curvilínea simétrica ladeando uma haste vertical, com legenda ALFOS REX; no reverso, cruz equilateral cantonada por ponto no último quadrante, com legenda PORTVGA (Coleção BES, atual propriedade da Direção Geral do Património Cultural).

Como podemos verificar, a posição das legendas do exemplar publicado por Batalha Reis em 1937 (figura 4) é inversa ao exemplar da figura 8. Dada a alguma frequência com que estes exemplares têm aparecido (em 1952 Batalha Reis publicou um segundo, achado em Óbidos), foi possível constatar que o posicionamento das legendas (personalidade emissora e território emissor) variam de face para face. Com efeito, este tipo monetário acabou por se tornar no menos raro das amoedações do primeiro rei de Portugal, tendo aparecido, inclusivamente, vários exemplares no mercado.

Quanto à interpretação do tema do anverso, a questão mantém-se em aberto. A proposta de Batalha Reis, do busto frontal, não colheu seguidores. Ainda que Batalha Reis<sup>24</sup> tenha insistido na sua interpretação, rapidamente outras leituras começaram a ser apresentadas.

Ferraro Vaz<sup>25</sup> considera que o tema é,

24. REIS 1952: 47.

25. Vaz 1960: 177-178.

na verdade, um *duplo báculo* dominando dois crescentes. Em termos iconológicos, o autor refere a possibilidade de haver uma ligação de contexto a, e por esta ordem, *Borgonha, Cluny, Cister e Templários*. Na verdade, trata-se apenas de uma sugestão vaga, indicando relações históricas e cronológicas do reinado afonsino, mas sem qualquer tipo de aprofundamento, nem conjuntural, nem tampouco de interpretação comparativa ou analítica do tema da moeda. Na verdade, é um conjunto de pistas indicativas que poderão, ou não, vir a fazer sentido.

Ferraro Vaz, no entanto, estabelece uma comparação com o chamado báculo de São Pelágio de Leão (*Pelayo de Léon*), na verdade uma crosse de báculo em madeira, depositada no túmulo do século IX do prelado leonês:



Figura 9 – Crosse de báculo em madeira do túmulo de *San Pelayo* (catedral de Leão, século IX).

Apesar da aproximação gráfica ser sugestiva (uma haste horizontal que se curva simetricamente em torno de um eixo vertical central) e, até certo ponto, visualmente próxima do tema do dinheiro em estudo, o autor não nos indica nenhum outro tipo de analogia contextual

que possa relacionar os símbolos de poder episcopal leonês no século IX, com a simbólica do poder régio do século XII em Portugal. De facto, não conseguimos estabelecer relação entre o poder da Coroa e o poder episcopal ou abacial com a representação de um *duplo báculo*. Na melhor das hipóteses, poderia ser uma relação entre o poder régio e os dois grandes poderes locais religiosos (das dioceses e dos mosteiros), atribuído sob a forma de concessão de emissão monetária a um abade ou a um bispo. Neste sentido, o *duplo báculo* deveria ser entendido não como um, mas sim dois báculos adossados. Na verdade, uma descrição já proposta por Anatole Barthelemy, em 1850, para as moedas de Roberto II, duque da Borgonha, entre 1272 e 1305<sup>26</sup>, mas apenas como forma descritiva – sem reflexão contextual, portanto – e com algumas reservas<sup>27</sup> quanto à interpretação do símbolo apresentado nas moedas do duque Roberto II.



Figura 10 – Dinheiro de Roberto II da Borgonha; emissão de Dijon, 1272-1305, c. 18 mm. No anverso, dois báculos adossados (segundo a tradição oitocentista) ou uma anilha heráldica,

26. BARTHELEMY 1850: 29.

27. O autor utiliza o advérbio *peut-être* para se referir ao conceito de *báculos adossados*.

segundo leituras contemporâneas, sobre duas estrelas, com legenda +R.DVX BVRG:DIE; no reverso, cruz equilateral cantonada por estrela no primeiro quadrante e arruela no terceiro, com legenda +DIVIONENSIS.



Figura 11 – Um outro dinheiro de Roberto II; emissão de Dijon. Anverso semelhante à figura 10, mas com um crescente e uma estrela; no reverso, cruz equilateral cantonada por estrelas, no primeiro e terceiro quadrantes.

Apesar da tese do *duplo báculo* ainda ser a preferida em termos de catalogação atual do dinheiro do tipo E de Afonso Henriques, Mário Gomes Marques apontou já uma outra possibilidade:

“As moedas deste tipo (E) ostentam, no anverso, um símbolo cuja interpretação é discutível, mas que, provavelmente, não é mais que a versão simplificada da árvore crucífera, um motivo com largas tradições nas cunhagens aragonesas”<sup>28</sup>.

Na verdade, a tradição numismática espanhola (e não só<sup>29</sup>) tem referido os elementos da chamada árvore crucífera como sendo de natureza floral ou vegetalista<sup>30</sup>.



Figura 12 – Dinheiro de Afonso VII de Leão e Castela; emissão de Leão, 1126-1157. No anverso, a chamada árvore crucífera, com legenda LEO CIVITAS; no reverso, cruz equilateral, com legenda ANFVS REX.

Esta associação a um grafismo vegetalista, como a árvore crucífera, tem por base uma disposição do século XIII de Jaime I de Aragão e Navarra, sobre a qual Faustino Menéndez Pidal elabora uma muito interessante reflexão (o negrito é nosso):

“En el siglo XIII no se sabía la historia de lo signo gráfico de las viejas monedas aragonesas, pero **hubo necesidad de nombrarlo y se recurrió, naturalmente, al de alguna figura próxima, ya que no existía, para el signo monetar, un nombre específico, por no representar nada conocido.** En las instrucciones ditas por Jaime I para labrar las primeras monedas valencianas leemos: *monetam cudi fecimos sub signo salutifere crucis supra florem et nomen regni Valencie posite... in cuius una parte sit caput regium coronatum et in reliqua parte sit arbor ad modum floris, in cuius sumitate, extensa usque ad superiorem circulum, ponatur crux contigua ipsi ar-*

28. MARQUES 1996: 58.

29. LHOTKA & ANDERSON 1989: 28 (para Leão e Castela) e 45-46, 49 (para Aragão).

30. ROMA 2014: 30.

*bori infra extremum circulum. (...) Llamar al signo monetaral Arbor ad modum floris o quasi arboris frondes (em outra passagem não transcrita) no quiere decir que fuese o representase realmente tales cosas, ni siquiera que los redatores de estos textos lo creyeran; simplemente le dieron un nombre de algo conocido y semejante*<sup>31</sup>.

O autor toca aqui num ponto sensível para toda esta questão interpretativa: a percepção dos símbolos (neste caso monetários) perde-se e reinventa-se. No século XIII, a impressão das antigas moedas do Condado de Barcelona (gênese do Reino de Aragão) era já algo interpretativa, isto é, construída a partir de uma leitura contemporânea (do século XIII). O seu significado original estaria já perdido e foi reinventado, no caso, sobre a designação de *Arbor ad modum floris*. Esta designação, por ser mais recente e por ser sobrevivente, é a que chegou até aos nossos dias, não significando, contudo, que possa ser rigidamente aplicada a interpretações de material mais antigo, nomeadamente dos séculos XI e XII.

O exemplo das moedas originais do Condado de Barcelona e as de Aragão, no século XIII, é paradigmático.



Figura 13 – Dinheiro de Ramón Berengário de Barcelona; 1131-1162. No anverso, figura tradicionalmente designada como *flor-de-lis rudimentar* ou árvore, com legenda BE REN GAR IVS; no reverso, anepígrafo, cruz equilateral cantonada por quatro arruelas.



Figura 14 – Dinheiro de Jaime I de Aragão; emissão de Valença, c. 1239). No anverso, effigie coroada de Jaime I, à esquerda, com legenda :IACOBVS REX; no reverso, árvore crucífera, com legenda VALENCIE.

Apesar da figura do anverso da moeda da figura 13 (considerada como uma *flor-de-lis rudimentar*) ter servido de base para a disposição de Jaime I, cerca de oitenta a cem anos depois, sobre os reversos das suas moedas valencianas (figura 14) e para a criação do conceito (pelo me-

31. PIDAL 2004: 21-22.

nos a nível monetário) de árvore crucífera, nada nos indica que o tema original, conservado, aliás, nas moedas borgonhesas também do século XIII (figuras 10 e 11) e patente no tipo E aqui em questão, de Afonso Henriques, e no dinheiro (figura 12) de Afonso VII, seja efetivamente também uma árvore crucífera. Com efeito, poderia até ser anacrónico introduzir tal conceito para emissões anteriores à disposição de Jaime I.

Qual é então a base iconográfica do dinheiro de tipo E? Pensamos que a pista a seguir para a resposta está para além dos Pirenéus, mais concretamente na Borgonha.

### A influência borgonhesa

Para além da relação de influência de Hugo de Cluny e de Bernardo de Claraval e dos cistercienses na definição da estratégia política e religiosa do Condado Portucalense, a tradição cronística nacional, e mesmo a própria tradição historiográfica<sup>32</sup>, não tem dado destaque significativo à influência genealógica paterna de Afonso Henriques. Com efeito, a herança do conde Dom Henrique e da sua linhagem borgonhesa (Henrique é neto direto de Roberto I, o primeiro duque capetiano de Borgonha) teria que pesar, em termos de identificação nobiliária, na construção da personalidade de Afonso Henriques, tal como a herança de Dom Raimundo, filho de Guilherme I, conde

de Borgonha, terá marcado o sentido identitário de Afonso Raimundes (Afonso VII de Leão e Castela).

Num contexto nobiliárquico medieval, a linhagem paterna é a linhagem preponderante: é sobretudo sobre ela que são invocados os direitos nobiliários e as tradições varonis, nomeadamente as tradições heráldicas e simbólicas<sup>33</sup>. Independentemente de os primos praticamente não terem tido contacto com os respetivos pais (tinham ambos apenas sensivelmente dois anos quando perderam os respetivos pais<sup>34</sup>), a memória das suas linhagens paternas terá estado sempre presente no desenrolar das suas ações. Aliás, a designação *Casa de Borgonha*, para designar a primeira dinastia portuguesa e a sucessão de Afonso VII em Leão e Castela, permanece na historiografia portuguesa e espanhola.

Em contrapartida, do lado francês, a referência aos primos na Península Ibérica mantinha-se assumidamente fresca no século XII. Com efeito, Hugo II, duque de Borgonha, era sobrinho do conde Dom Henrique e, como tal, primo de Afonso Henriques; manifestou vontade, por volta de 1130, de empreender uma peregrinação a Santiago de Compostela e, ao mesmo tempo, visitar os seus parentes que ocupavam os tronos ibéricos:

“Le duc (Hugo II) devait, depuis longtemps former le projet de visiter les provinces, où ses ancêtres avaient laissé d'éclatants sou-

32. MATTOSO 2007: 19.

33. Não invalida, contudo, que tanto Afonso Henriques como Afonso Raimundes tenham utilizado o argumento de direito sucessório e até de titulação imperial (no caso de Raimundes) do avô materno, Afonso VI.

34. Afonso Raimundes nasceu em 1105 e o conde Dom Raimundo morreu em 1107; por seu turno, Afonso Henriques nasceu em 1109 e o conde Dom Henrique viria a morrer em 1112.

venirs de vaillance, et dont les princes de sa famille occupaient les trônes. Il voulut faire le pèlerinage de Saint-Jacques de Compostelle en Galice”<sup>35</sup>.

A datação exata da peregrinação ibérica de Hugo II não é consensual, sendo calculada como tendo ocorrido algures entre 1130 e 1140. Também não sabemos se Hugo se encontrou, de facto, com Afonso I e Afonso VII. Em 1130, já Dona Teresa e Dona Urraca haviam morrido, mas a sua residência régia em Caldas de Reis (onde, aliás, nasceu Afonso VII), a cerca de 40 quilómetros de Compostela, ainda estaria funcional. Não seria de se descartar a hipótese de os três primos se terem reunido, algures, durante a visita de Hugo II, tanto que essa parece ter sido uma das intenções do duque (sabe-se que durante a peregrinação, Hugo II visitou, pelo menos, o seu primo Guilherme X, duque da Aquitânia, que viria a acompanhá-lo na peregrinação e, aliás, morreria em Compostela, em abril de 1137).

Em 4 de julho de 1137 (data que poderá coincidir, portanto, com a visita de Hugo II), Afonso Henriques e Afonso Raimundes reuniram-se em Tui, para assinar o célebre tratado, onde Afonso Henriques presta homenagem ao imperador seu primo. Sabemos, inclusivamente, que ambos se deslocaram, após o tratado, em peregrinação a Compostela<sup>36</sup>. É curioso notar que, dias antes, a 28 de

junho de 1137, ocorrera um grande e devastador incêndio em Dijon, destruindo não só as construções civis, como afetando também o castelo dos duques<sup>37</sup> e a própria abadia de Saint-Etienne, sua contígua<sup>38</sup>. Não é possível, porém, apurar se Hugo se encontrava à data em Dijon, a sua aparente ausência durante e após o incêndio poderá indicar que estaria fora, estaria em peregrinação?

Em todo o caso, durante a peregrinação, Hugo II fez-se acompanhar de uma comitiva ducal (onde figurava o próprio abade Pierre de Saint-Bénigne), que terá seguramente deixado algum tipo de impressão vívida sobre aspetos da corte de Dijon na primeira metade do século XII. De entre esses aspetos, não seria de se estranhar a presença de moedas (ora ofertadas no seguimento da tradição piedosa das peregrinação régias, no caso ducais, mas similares) ou até mesmo de magistrados da sua Casa da Moeda do Castelo de Dijon.

Seguindo estas possibilidades, conhecer as moedas de Hugo II seria abrir caminho para permitir refletir sobre a sua influência nas cunhagens dos dois Afonsos. Contudo, os problemas de datação das moedas dos duques de Borgonha

35. PETIT 1889: 7.

36. MATTOSO 2007: 70, 142-144.

37. Segundo alguns autores (PETIT 1889: VII) a residência dos duques era, à época de Roberto I, o primeiro dos Capetos e o primeiro a fixar-se em Dijon, um simples castelo: *Divione Castré*.

38. PETIT 1889: 33.

39. GRAS 1964: 44.

não é fácil de se tratar. Com efeito, esta dificuldade foi já apontada por Pierre Gras<sup>39</sup>. Com a exceção de Roberto II, já no século XIII, todos os duques entre 1076 e 1349 se chamam Hugo (*Hugues*) ou Odão (*Eudes*). Assim, temos quatro Odões e quatro Hugos, sendo a distinção entre Hugo II, III e IV a mais volátil.

A indicação cronológica mais antiga que recolhemos é do marquês de Migieu. O marquês identifica até um dinheiro na sua prancha 1\*\* como sendo de Hugo II,

cunhado em Dijon, em 1076, e outro de Hugo III, também de Dijon, em 1183. O problema desta datação setecentista é que não revela nenhuma pista de fundamentação. Aliás, em 1076, Hugo II ainda nem tinha nascido, sendo duque o seu bisavô, Roberto I.

Em todo o caso, é na descrição das moedas da prancha anterior (1\*) que nos são reveladas algumas pistas sobre a forma de descrever os elementos que surgem nas moedas, e é esse aspeto que convém reter.

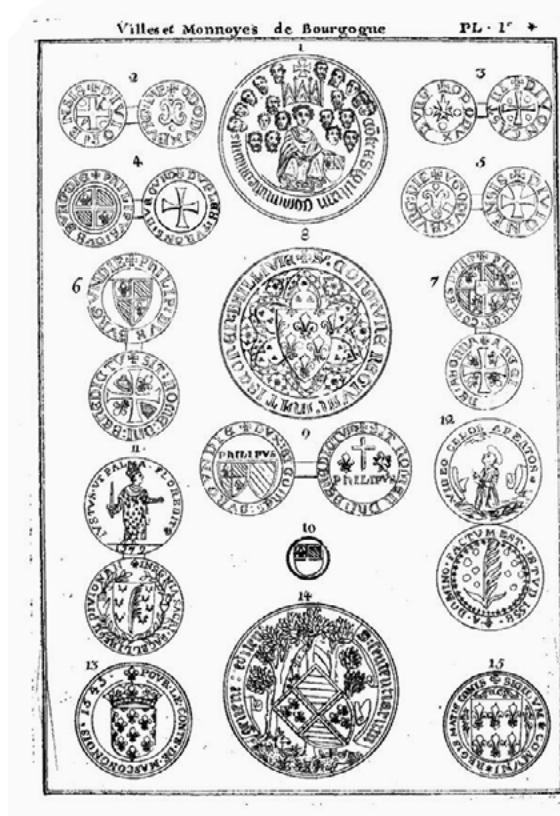


Figura 15 – Prancha 1\* de MIGIEU 1779.

As gravuras 2 e 5 são as descrições mais antigas de moedas dos duques de Borgonha.

Os elementos curvilíneos das gravuras 2 e 5 (dinheiros ducais com o nome de Odão e de Hugo I, respetivamente) são apresentados como *anilles*<sup>40</sup>, um elemento heráldico, erradamente designado por anilha, que surge por vezes em alguns brasões do centro da Europa (figuras 16 e 17).



Figura 16 – Conjunto de dois brasões tumulares na igreja de Wildenburger Land, a cerca de 60 quilómetros de Colónia (Alemanha). O escudo da esquerda ostenta a chamada *anille*.



Figura 17 – *Anille*, segundo HEINENZON (original publicado c. 1370).

O termo anilha, *anille*, é também usado por Pierre Gras na leitura que faz das moedas ducais de Borgonha. Mais, Gras associa a *anille* (sem o justificar, porém) às emissões ducais em geral, referindo que é o equivalente a um outro elemento heráldico: o *fer de moulin* ou ferro de moinho<sup>41</sup>.

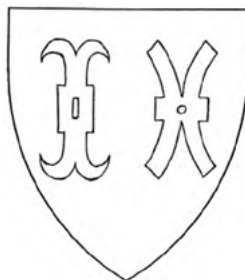


Figura 18 – *Fer de moulin*, segundo o Dicionário Pictórico de Heráldica (<http://misholme.com/pictorial-dictionary-of-heraldry/>).

Apesar de estes elementos serem identificados, por vezes, como sendo a mesma peça, a verdade é que são elementos distintos (poderão ter uma raiz iconológica, não iconográfica, comum, como veremos na conclusão). Inclusivamente, os termos têm sido confundidos, sobrepondo-se, esvaziando o valor semiótico de cada uma.

A anilha é, literalmente, a anilha de ferro do eixo da mó de moinho, e essa, nas figuras 18 e 19, corresponde exclusivamente a um só elemento.

40. MIGIEU 1779: 5-6.

41. GRAS 1964: 45, 47.



Figura 19 – Mó e respetiva anilha de encaixe, em ferro (<http://wikipedia.fr>, s.v. “Meule a grains”).

Os elementos que vemos nas figuras 10 e 11, na prancha de Migieu e nas figuras 16 e 17, não são, pois, anilhas de encaixe (de mós ou gerais): são um elemento distinto que, na língua alemã, por exemplo, preserva ainda o seu significado original – o *Maueranker*, literalmente, a âncora de parede – e que surge na nomenclatura arquitetónica francesa (bem como dos ofícios de serralharia) como *ancre muralle* ou simplesmente *ancre*. A âncora de parede é o elemento que trava a ponta metálica exterior do tirante de reforço que, no miolo da estrutura, une os silhares de uma parede.

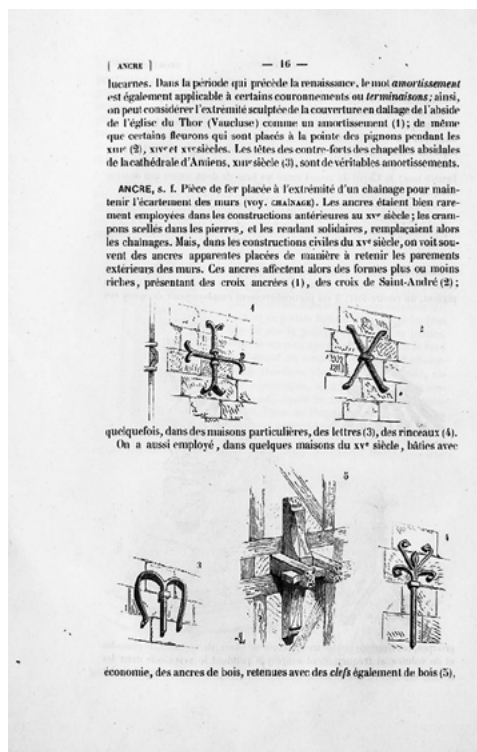


Figura 20 – Página relativa à entrada *ancre* de VIOLLET-LE-DUC 1858.

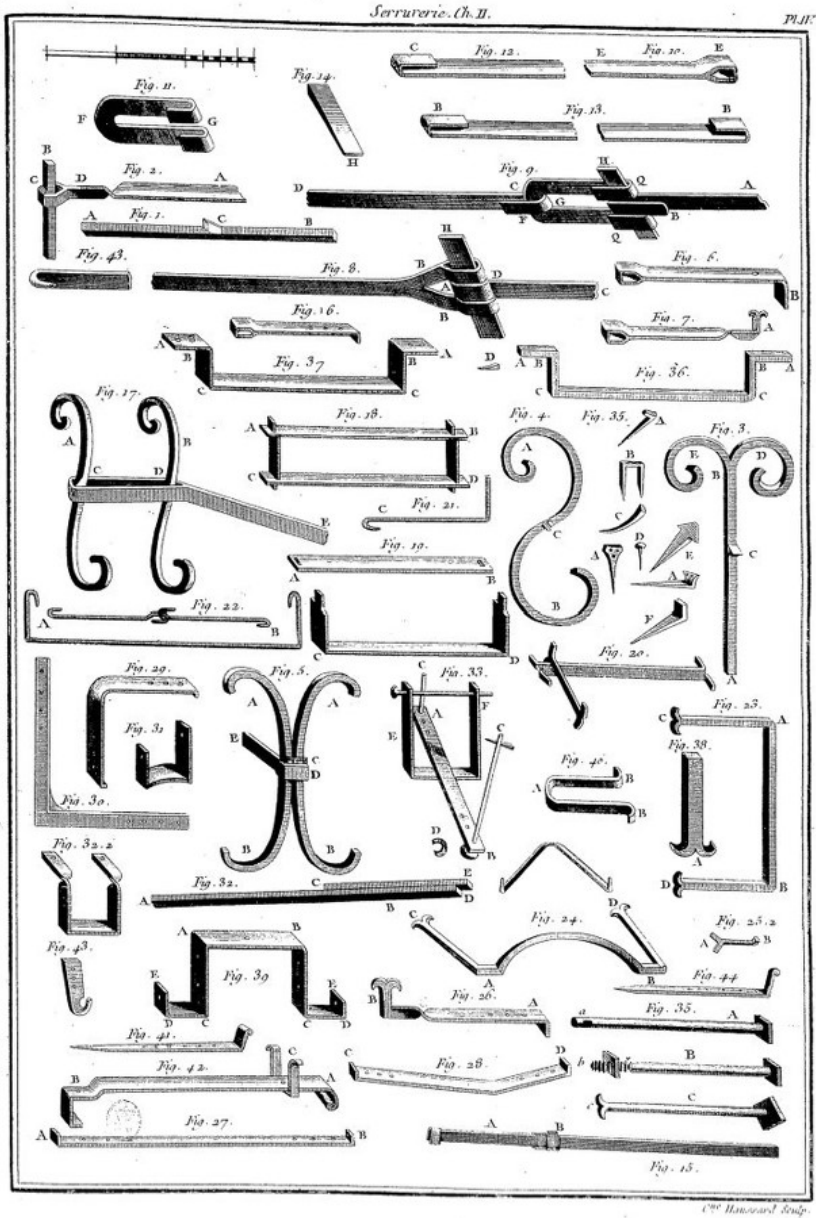


Figura 21 – Prancha IV de MONCEAU 1767. As figuras 3, 4 e 5 são modelos de âncoras de parede para os serralheiros executarem..



Figura 22 – Âncora de parede na fachada de uma igreja em Hamburgo.

O conceito de âncora de parede tem, no nosso entender, um duplo significado imediato. Por um lado, prende-se com o caráter técnico da sua existência, é um elemento de estruturação do edifício, impede que ele se mova e ruja; por outro lado, em termos decorativos, herdou a representação gráfica das âncoras navais. Deste ponto de vista superficial (passando a expressão, porque as âncoras não são de superfície), a âncora de parede continua a ser representada na arquitetura e na leitura heráldica. Contudo, para entendermos o seu significado mais global e mais interiorizado na lógica das moedas que temos vindo a descrever, teremos que avançar um pouco mais na

análise interpretativa, mergulhar no seu significado original e na forma como se foi fixando, pelo menos, até ao século XII. A distinção da anilha da âncora de parede é apenas o começo do que entendemos ser uma explicação.

Deste modo, partimos por entender que os elementos de linhas recurvas presente nos dinheiros de tipo E de Afonso Henriques, no dinheiro de Afonso VII da figura 12 e nos dinheiros dos duques de Borgonha, em geral, são, na verdade, estilizações que têm por base o conceito de âncora.

#### A cruz de âncora

A âncora mural, o próprio Viollet-le-Duc o refere (figura 20), é um elemento raro na construção anterior ao século XV (não significando que não tenha existido, bem entendido). O exercício que efetuámos da sua destrição do conceito heráldico de anilha foi necessário para desconstruir a descrição numismática tradicional em torno das amoedações de Borgonha. No nosso entender, as moedas de Borgonha herdaram da cultura merovíngia o conceito de cruz de âncora.

A cruz de âncora (*croix ancrée*), já no entender pertinente de Joachim Lelewel, não é mais do que uma evolução das moedas de cálice, ou ostensório, patente nas amoedações merovíngias, a partir de 560<sup>42</sup>. Para o autor, a mudança começa a verificar-se a partir de cerca do ano 630, no atelier monetário de Paris. Mais, há 180 anos, Lelewel refere ainda o seguinte sobre a cruz de âncora: “es qu’il s’est

42. LELEWEL 1835: 36.

répandu de la Bourgogne” (“e difundiu-se pela Borgonha”).



Figura 24 – Um triente anônimo; Banassac, início do século VII, 11,5 mm. No anverso, cabeça masculina, à direita, em frente a um ramo de três bagas; no reverso, cálice, com legenda GAVALETANO/BAH.

É interessante indagar um pouco sobre o que terá ocorrido por volta de 630 para a substituição do cálice pela cruz de âncora. Como referimos no início, a partir de cerca de 630, Santo Elói começa a surgir como oficial moedeiro do palácio de Dagoberto e de Clóvis II, e será ele o responsável pela introdução da cruz de âncora (figura 2).

Elói, natural de Chaptelat, Limoges, nasceu cerca do ano 588<sup>43</sup> e terá sido aprendiz na Casa da Moeda de Limoges, como ourives e moedeiro. Posteriormente, foi tesoureiro e, provavelmente, oficial dos moedeiros do rei, na Abadia de Saint Denis, em Paris. Com efeito, além das funções civis ligadas à moeda, Santo Elói foi também um clérigo evangelizador, inclusivamente foi fundador de algumas abadias. Foi também bispo de Noyon.

A cruz de âncora, ainda que sempre presente no proto-cristianismo, e mesmo como atributo da Virtude da Esperança, tem nas suas raízes uma re-

ferência ao Papa São Clemente de Roma (foi o quarto bispo de Roma), martirizado por volta do ano 100, por afogamento com uma âncora presa ao corpo (representada normalmente amarrada ao pescoço).



Figura 25 – O martírio de São Clemente, segundo iluminura do século XIV da *Legenda Aurea*.

Segundo outras variantes, São Clemente terá sido amarrado a uma mó, e não a uma âncora. Estas duas versões do mesmo martírio poderão estar na origem da confusão heráldica entre os elementos anteriormente referidos da anilha e da âncora mural.



43. LAFAURIE 1977: 115.

Figura 26 – O martírio de São Clemente, segundo iluminura do século XV.

Independentemente da forma e dos elementos do martírio, Santo Elói como clérigo e sobretudo como evangelizador, teria muito presente que, segundo a tradição, fora São Clemente quem enviara São Dinis à Gália para a evangelizar. Estando a laborar como moedeiro em Paris, precisamente na Abadia de Saint Denis, Elói poderá ter escolhido o símbolo da âncora (já de si recorrente na imagética cristã) para ilustrar, como marca pessoal, a sua assinatura *ELIGIVS* (no nominativo) ou *ELIGI* (no genitivo, como na figura 2)<sup>44</sup>.

Esta situação parece ter derivado numa associação da cruz de São Clemente com a memória do próprio Santo Elói. Na verdade, Santo Elói é ainda hoje o padroeiro dos mesteres dos metais preciosos, como os ourives e os moedeiros<sup>45</sup>. Apesar de os seus atributos serem o martelo e, por vezes, o cadinho, é provável que, desde o final da Alta Idade Média, tenha havido uma associação entre a cruz de âncora não só ao ofício dos moedeiros, mas ao próprio direito feudal ou de soberania de cunhar e emitir moeda.

Com efeito, os duques de Borgonha poderão, já no século XI, ter adotado a âncora como referência a um direito exclusivo (e muito precioso) de cunhar moeda.

A própria maleabilidade estilística da âncora parece ter sido usada, em al-

guma altura, para afirmar a letra B, de *Borgogne* ou *Bvrgyndia*.



Figura 27 – Dinheiro de Chalons atribuído a Hugo II. No anverso, letra B entre três pontos e um anelete, com legenda +CABILON CIVITA; no reverso, cruz equilateral cantonada por aruelas e pontos, com legenda HVGO DVX BUR.



Figura 28 – Dinheiro de Dijon atribuído a Hugo III ou IV. No anverso, âncora sobremontada com um besante (de reparar, tal como nas figuras 10 e 11, que a cruz de abertura da legenda se alinha com o topo da âncora), com legenda +VGO DUX BVRGVDIE; no reverso, cruz equilateral, com legenda +DIVIONENSIS.

44. LAFAURIE 1977: 114.

45. O dia de Santo Elói é 1 de dezembro. É interessante também referir que, na cultura anglo-saxónica, o dia 23 de novembro, dia de São Clemente, era o dia tradicional dos ferreiros.



Figura 29 – Óbolo de Afonso VII; emissão de Leão. No anverso, âncora a emergir das águas, ao centro, ladeada por duas cruzes equilaterais; no reverso, cruz equilateral, com legenda LEO CIVITA.

## Conclusão

As leituras tradicionais de interpretação do dinheiro de tipo E de Dom Afonso Henriques não têm sido consensuais, nem, no nosso entender, suficientemente contextualizadas.

A primeira proposta de interpretação, a efigie do rei vista de frente, não colhe aceitação e, numa observação mais detalhada, parece não corresponder aos modelos comparativos propostos.

A leitura do *duplo báculo* carece, no nosso entender, de contextualização interpretativa, isto é, o recurso ao símbolo hipotético de um báculo com uma crosse dupla só faria sentido num programa de afirmação simbólica do rei de Portugal mediante um contexto muito preciso, que necessitaria de ser muito bem explicado e até separado (ou conjugado) com as suas emissões similares de Afonso VII.

Por seu turno, a ideia da árvore crucífera também não parece ter um significado simbólico especial, ou, pelo menos,

nunca foi demonstrado nem sugerido. Surge por analogia das descrições espanholas; estas, por sua vez, aplicam um conceito anacrónico a uma realidade temática que tem raízes bem mais antigas.

Defendemos, pois, a alternativa de associação do dinheiro de tipo B (bem como o dinheiro leonês de Afonso VII, figura 12) a uma herança de influência borgonhesa, provavelmente associada a uma visita de Hugo II a Compostela e aos seus primos (repito que Hugo era sobrinho direto do conde Dom Henrique). Esta hipótese poderia permitir datar os dinheiros aqui em estudo para uma época próxima do ano de 1140, algures entre o Tratado de Tui e o Tratado de Zamora (sendo que, neste último momento, outubro de 1143, já o duque Hugo II teria morrido). Ao mesmo tempo, poderá não ser uma emissão conjunta, mas sim uma afirmação *a posteriori* de Afonso Henriques, aquando do seu reconhecimento como rei e, conseqüentemente, atribuição do direito de cunhar e emitir dinheiro, sendo a adoção do símbolo da âncora uma afirmação inicial, à maneira borgonhesa, desse próprio poder.

Para compreender a influência borgonhesa, entendemos que não bastava fazer uma associação comparativa de sinais gráficos; era necessário compreendê-los. Neste sentido, entendemos que a representação do dinheiro de tipo E é, na verdade a estilização de uma âncora com cruz sobreposta. Os chamados crescentes, ou ramificações recurvas da base, poderão ser, no nosso entender, estilizações de gotas de água da âncora que emerge.

Considerando então que o elemen-

to recorrente nas emissões da Borgonha se prende com a cruz de âncora, este elemento, ainda que vá buscar as suas origens ao martírio de São Clemente, responsável pelo programa de evangelização da Gália, poderá ter sido adotado como referência a Santo Elói, reinterpretado das moedas merovíngias, não só como um elemento de sacralização, mas sobretudo como um elemento simbólico sobre o poder e o direito de cunhagem. Não seria, ao mesmo tempo, de se descartar a hipótese de este elemento ter perdurado fora das moedas como símbolo identificativo da Casa da Moeda, como âncora mural numa das paredes das oficinas dos duques de Borgonha, e se ter estilizado posteriormente num elemento dessacralizado associado apenas a um grupo de mesteiros, os moedeiros.

Também não desconsideramos a hipótese de Afonso Henriques estar bem ciente da referência papal da âncora de São Clemente: o seu programa político foi sempre de encontro às negociações com a Santa Sé, como bem sabemos; contudo, já não será tão líquido poder usar o mesmo argumento para os dinheiros do seu primo Afonso VII e, como temos sempre referido, a interpretação de uma moeda só faz sentido à luz da interpretação da outra.

Por fim, e ainda deixando muito por explorar, cremos que haveria ainda espaço para compreender a evolução das âncoras borgonhesas com a estilização da letra B, sobretudo a partir do século XIV. A relação ambígua entre as cruzes de âncora merovíngias e o que viria a ser

entendido como uma flor-de-lis a partir da Dinastia Carolíngia, bem como a sua articulação entre os símbolos ancorais e o seu aproveitamento para a letra ómega.

## Bibliografia

- AMARAL, C. M. Almeida do (1977). *Catálogo descritivo das moedas portuguesas* (t. I), Lisboa: INCM.
- ARAGÃO, António Carlos Teixeira de (1964, 2.<sup>a</sup> ed.). *Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*. Porto: Livraria Fernando Machado.
- BARTHELEMY, Anatole (1850). *Essai sur les monnaies des Ducs de Bourgogne*. Dijon: Commissions des Antiquités de la Côte d'Or.
- DUMAS, Françoise (1966). Le monnayage d'Eudes IV de Bourgogne. *Revue numismatique* 6 (8): 256-275.
- ESPAÑA, León (2002). *Sistemas monetarios peninsulares. La acuñación de moneda cristiana tras la invasión de los Musulmanes hasta el siglo XV*. Madrid: Fundación León de España.
- FOURNIAL, Etienne (1970). *Histoire monétaire de l'Occident Médiéval*. Paris: FAC Fernand Nathan.
- GAMBETTA, Agostinho Ferreira (1978). *História da moeda* (vol. I). Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- GOMES, Alberto (2007, 5.<sup>a</sup> ed.). *Moedas portuguesas e do território que hoje é Portugal*. Lisboa: Associação Numismática de Portugal.
- GRAS, Pierre (1964). A propos d'études récentes. Les monnaies des ducs capétiens de Bourgogne. *Annales de Bourgogne* 12: 44-48.
- GUEDES, João Lopes F. (1956). Um dinheiro de D. Afonso Henriques. *Nvmmvs* 4 (1): 57-58.
- HOFFMANN, Henri (1878). *Monnaies royales de France depuis Hugh Capet jusqu'à Louis XVI*. Paris: Chez H. Hoffmann.
- JOHNSON, William McAllister (1968). *Numismatic propaganda in Renaissance France. For Erwin Panofsky on his seventy-fifth birthday*. Detroit: Detroit Institute of Arts.
- JOUBERT, Pierre (1977). *Les armes. Initiation à l'Héraldique*. Paris: Ouest-France.
- LAFaurie, Jean (1977). Eligius Monetarius. *Revue numismatique* 19: 111-151.
- LE GOFF, Jacques (2010). *Le Moyen Age et l'argent*. Paris: Editions Perrin.
- LELEWEL, Joachim (1835). *Numismatique au Moyen-Age, considérée sous le rapport du type*. Paris: Joseph Straszéwicz.
- LHOTKA, John F.; ANDERSON, P. K. (1989). *Survey of medieval Iberian coinages*. Nova Iorque: Sanford J. Durst.
- MARQUES, Mário Gomes (1996). *História da moeda medieval portuguesa*. Sintra: Instituto de Sintra.
- MARQUES, Mário Gomes; CABRAL, J. M. Peixoto; MARINHO, J. Rodrigues (1995). *Ensaio sobre história monetária da monarquia visigoda*. Porto: SPN.
- MATTOSO, José (2007). *D. Afonso Henriques*. Lisboa: Temas e Debates.
- MIGIEU, Marquês de (1779). *Recueil des sceaux du Moyen Age, dits sceaux gothiques*. Paris: Chez Antoine Boudet.
- MONCEAU, H.-L. Duhamel du (1767). *Art du serrurier. Descriptions des arts et métiers*. Paris.
- PETIT, Ernest (1889). *Histoire des Ducs de Bourgogne de la race capétienne*. Paris: Librairie Lechevalier.
- PIDAL, Faustino Menéndez (2004). *El escudo de España*. Madrid: Real Academia Matritense de Heráldica y Genealogía.
- REIS, Pedro Batalha (1937). Uma moeda inédita d'el-Rei D. Afonso Henriques. *Diário de Notícias*, 20/01: 2.
- \_\_\_\_ (1952). Numária d'el-Rei Dom Afonso Henriques. *Nvmmvs* 1 (1): 44-48.
- ROMA, Antonio (2014). *Románico y gótico en la moneda de León y Castilla*. MorabetinoES.
- S. LUIZ, Francisco de (1837). Memórias históricas, e chronologicas do Conde D. Henrique. In *Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 49-89.